

REVISTA
DO ARQUIVO MUNICIPAL
DE LAGOA

Arade

Ano I ▶ N.º 1 ▶ 2022



REVISTA
DO ARQUIVO MUNICIPAL
DE **LAGOA**

Arade

Ficha técnica

Título: Arade. Revista do Arquivo Municipal de Lagoa

Propriedade e edição: Município de Lagoa
Largo do Município | 8401-851 Lagoa (Algarve)
Telf. 282 380 400 | E-mail: expediente@cm-lagoa.pt

Direção: Diogo Vivas

Colaboradores: Ana Margarida Dias da Silva; Andreia Fidalgo; António Ventura; Artur Barracosa Mendonça; Carlos A. Moreira Azevedo; Carlos Manuel Faisca; David Roque; Ismael Estevens Medeiros; João Costa; João Vasco Reis; Joaquim Saial; Jorge Fonseca; José Carlos Vilhena Mesquita; José Luís dos Santos Barbosa; Marco Sousa Santos; Teresa Fonseca.

Capa: Vista aérea do Rio Arade. Troço do rio a montante do Sítio das Fontes com perspetiva do estuário. 2016.

Fotografia da capa: Município de Lagoa – Gabinete de Comunicação e Imagem

Paginação e artes gráficas: Sersilito

Impressão e acabamento: Sersilito – Empresa gráfica, Lda.

Periodicidade: Anual

Depósito legal: 503748/22

ISSN: 2795-5761

Tiragem: 300 exemplares

Data de publicação: Setembro de 2022

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade do(s) seus(s) autor(es).

Solicita-se permuta; Se solicita canje; On prie bien de vouloir établir l'échange; Sollicitiamo scambio; We would like Exchange; Tauschverkehr erwünscht.

Endereço/ Address:

Arquivo Municipal de Lagoa
Largo dos Combatentes da Grande Guerra, s/n | 8400-338 Lagoa (Algarve)
Telf. 282 380 435 | E-mail: revista.arquivomunicipal@cm-lagoa.pt

REVISTA
DO ARQUIVO MUNICIPAL
DE **LAGOA**

Arade

Ano I ▶ N.º 1 ▶ 2022



Arade

Sumário

- 7/7 **Luís António Alves da Encarnação**
Nota de abertura
- 9/11 **Diogo Vivas**
Editorial
- 13/25 **João Costa**
Lagoa (Algarve) na História dos Reinos de Portugal e dos Algarves: os testemunhos da Chancelaria Régia
- 27/41 **Jorge Fonseca**
Escravos e donos de escravos em Lagoa (1591-1700)
- 43/67 **João Vasco Reis**
Azenhas e Moinhos de Maré do Rio Arade: novos elementos para o estudo do Património Histórico-Cultural do Concelho de Lagoa
- 69/97 **Carlos A. Moreira Azevedo**
Controvérsia jurídica do cardeal José Pereira de Lacerda (1661-1738), bispo do Algarve, com os cistercienses, por causa do Mosteiro feminino de Tavira
- 99/123 **Marco Sousa Santos**
Contributos para um dicionário dos pedreiros e canteiros com atividade em Lagoa no século XVIII
- 125/160 **Teresa Fonseca**
Posturas do concelho de Lagoa (1750-1779)
- 161/180 **David Roque**
O Terramoto de 1755 em Lagoa
- 181/202 **Andreia Fidalgo**
Nascer *exposto* em Lagoa: da criação do concelho ao liberalismo
- 203/227 **José Luís dos Santos Barbosa**
O modelo de financiamento da Câmara Municipal de Lagoa (1773-1832)
- 229/249 **Artur Barracosa Mendonça**
A propaganda republicana em Lagoa, no final da Monarquia Constitucional
- 251/266 **António Ventura**
Lagoa e a Maçonaria
- 267/288 **Ismael Estevens Medeiros**
Do Sacro ao Profano: vivências e vicissitudes do antigo Recolhimento de São José de Lagoa (1910-1959)
- 289/350 **José Carlos Vilhena Mesquita**
A imprensa periódica do concelho de Lagoa, no Algarve
- 351/369 **Carlos Manuel Faísca | Ana Margarida Dias da Silva**
O Mediterrâneo no litoral algarvio: estrutura e evolução da produção agrícola alimentar em Lagoa, 1940-1980
- 371/382 **Joaquim Saial**
Francisco Bronze: dois tópicos para a sua biografia e estudo de obra
- 383/392 **Notas biográficas dos autores**

O Mediterrâneo no litoral algarvio: estrutura e evolução
da produção agrícola alimentar em Lagoa, 1940-1980

The Mediterranean on the Algarve coast: structure and evolution
of agricultural food production in Lagoa, 1940-1980

Carlos Manuel Faisca | Ana Margarida Dias da Silva



◀ **Adega Cooperativa de Lagoa. Carros aguardam a descarga da uva. 1968.**
Fonte: João Vasco Reis – *Lagoa. Imagens e memória*. Lagoa: Câmara Municipal de Lagoa / Arandis, 2015, p. 180.

O Mediterrâneo no litoral algarvio: estrutura e evolução da produção agrícola alimentar em Lagoa, 1940-1980¹

The Mediterranean on the Algarve coast: structure and evolution of agricultural food production in Lagoa, 1940-1980

Carlos Manuel Fáisca

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20)

carlos.faisca@uc.pt

<https://orcid.org/0000-0001-7501-021X>

Ana Margarida Dias da Silva

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC)

anasilva@fl.uc.pt

<https://orcid.org/0000-0003-1247-8346>

Resumo

Neste artigo faz-se uma análise à estrutura e à evolução da produção dos alimentos agrícolas que historicamente serviam de base à nutrição das populações mediterrânicas – pão, azeite e vinho – entre as décadas de 1940 e 1970 no concelho de Lagoa, acrescidos do arroz pela sua rápida ascensão como alimento habitual no prato dos portugueses ao longo do século XX. Conclui-se que dos principais produtos agrícolas da alimentação mediterrânica, Lagoa não produzia especialmente nem cereais, nem azeite, mas possuía, desde pelo menos a década de 1880, um papel importante na vitivinicultura. Este acentuou-se ao longo do século XX, sobretudo a partir da década de 1950 que coincide também com o início do funcionamento da Adegas Cooperativas de Lagoa. Ainda hoje, o setor vitivinícola de Lagoa se afirma como um dos principais polos da vinha e do vinho no Algarve e em Portugal.

Palavras-chave: História da Agricultura; Alimentação mediterrânica; Vitivinicultura; Algarve.

Abstract

This article analyses the structure and evolution of the production of the agricultural foods that historically served as the basis for the nutrition of Mediterranean populations – bread, olive oil and wine – between the 1940s and 1970s in the municipality of Lagoa, plus rice for its rapid rise as a habitual food on the plate of the Portuguese throughout the 20th century. It can be concluded that of the main agricultural products of the Mediterranean diet, Lagoa did not particularly produce either cereals or olive oil but had, since at least the 1880s, an important role in wine growing. This was accentuated along the 20th century, especially from the 1950s which also coincides with the foundation of the the Adegas Cooperativas de Lagoa. Even today, the wine industry in Lagoa is one of the main centres of wine production in the Algarve and in Portugal.

Keywords: Agricultural History; Mediterranean food; Wine production; Algarve.

¹ Os autores agradecem o trabalho de Tânia Pinto, que recolheu os dados de produção agrícola para o concelho de Lagoa, bem como o de Mário Manuel Fáisca que consultou o Inquérito Agrícola e Florestal de Lagoa no único sítio público em que este tipo de documentos se encontra disponível, a Biblioteca da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, em Lisboa.

1. Introdução

Durante séculos a agricultura foi a principal atividade da economia portuguesa quer na composição do Produto Interno Bruto, quer como maior empregador da mão-de-obra nacional². Contudo, à semelhança do que aconteceu a partir do século XVIII com as economias mais desenvolvidas³, a agricultura foi perdendo preponderância na sociedade portuguesa, sobretudo desde finais do século XIX⁴. De qualquer forma, em meados do século XX ainda era o setor em que mais portugueses trabalhavam, algo que só mudaria em 1966 quando, por um par de anos, a indústria passou a empregar o maior número de trabalhadores para, pouco depois, ser também suplantada pela prestação de serviços⁵. Atualmente, a economia portuguesa apresenta o padrão estrutural habitual numa sociedade de elevado índice de desenvolvimento humano: um importante setor terciário seguido, já a alguma distância, do setor secundário e por último, com uma representação muito limitada, o setor primário.

Serve o anterior parágrafo para tentar justificar a escassez de estudos sobre a produção agricultura local, sobretudo com base em dados quantitativos, que pode advir da pouca importância conferida à agricultura na atualidade. É de considerar igualmente a dificuldade na obtenção de dados de produção agrícola a nível

concelhio. O presente estudo sofreu com esse problema, tendo praticamente ficado restrito a quatro décadas do século XX, período em que o Instituto Nacional de Estatística (INE) publicava a produção agrícola com grande detalhe. Infelizmente, a partir da década de 1980 este tipo de dados, se recolhidos, deixaram de ser publicados nas Estatísticas Agrícolas daquele que é o organismo responsável pelos serviços estatísticos do Estado português⁶. Já para as cronologias anteriores sabe-se que a recolha da produção agrícola local foi um objetivo dos serviços públicos e uma realidade desde, pelo menos, meados do século XIX, ainda que sujeita a períodos de grande intermitência⁷. Todavia, poucos são os Arquivos Municipais que disponibilizam essa documentação aos investigadores ou porque nunca foi de facto produzida, ou porque ainda não foi possível tratá-la arquivisticamente ou, com maior probabilidade, porque foi eliminada algures nos mais de cem anos em que quase todos os serviços de arquivos sofreram com vicissitudes várias.

Perante este cenário, pelo menos três caminhos podem levar à recolha de dados de produção agrícola local com os quais será possível construir retrospectivamente séries estatísticas que possibilitem interpretações mais sólidas sobre as dinâmicas agrícolas contemporâneas. O primeiro assenta numa análise exaustiva dos fundos documentais dos arquivos municipais, sobretudo naqueles relacionados com o Governo Civil. O segundo é a realização de um trabalho de pesquisa igualmente sistemático nos Arquivos

² AMARAL, Luciano; Freire, Dulce – Agricultural Policy, Growth and Demise, 1930-2000. In LAINS, Pedro; FREIRE, Dulce (eds.) – *An Agrarian History of Portugal, 1000-2000*. Leiden: Brill, 2017, pp. 245-272.

³ DENISSON, Tracy; SIMPSON, James – Agriculture. In BROADBERRY, Stephen; O'ROURKE Kevin H. – *The Cambridge Economic History of Modern Europe, Volume 1: 1700-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, pp. 147-164.

⁴ BRANCO, Amélia; SILVA, Ester Gomes da – Growth, Institutional Change and Innovation, 1820–1930. In LAINS, Pedro; FREIRE, Dulce (eds.) – *An Agrarian History of Portugal, 1000-2000*. Leiden: Brill, 2017, pp. 219-245.

⁵ LAINS, Pedro – A economia portuguesa no século XX: crescimento e mudança estrutural. In PINTO, António Costa – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote, 2005, pp. 117-136.

⁶ As estatísticas agrícolas encontram-se disponíveis no sítio do INE. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *Portal do INE*. [Em linha]. Atual. 2022 [Consult. 27 mar. 2022]. Disponível na WWW: URL: https://www.ine.pt/xportal/xmain?PORTLET_ID=JSP&xpgid=ine_publicacoes&xpid=INE&PORTLET_NAME=ine_cont_header_pub&PORTLET_UID=%23JSP%3Aine_cont_header_pub%23&PUBLICACOESstema=55505&PUBLICACOESdata_inicial=&PUBLICACOESdata_final=&x=0&y=0&PUBLICACOESfreeText=Estat%3ADsticas

⁷ FREIRE, Dulce; FAÍSCA, Carlos Manuel – Estatísticas agrícolas regionais em Portugal (séculos XIX a XXI): fontes, problemas e historiografia. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. N.º 52, 2021, pp. 367-396.

Distritais, uma vez mais com especial atenção para o fundo do Governo Civil, organismo para onde a informação concelhia era enviada, mas também considerando outros fundos relacionados com as diferentes entidades da Administração Central que tutelaram a agricultura, nomeadamente, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, através da Direcção-Geral de Agricultura (1852-1910) e Ministério da Economia (a partir de 1918). O terceiro, é averiguar, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, se os fundos dos organismos atrás citados possuem também informações de nível concelhio.

Neste contexto, este artigo tem como primeiro objetivo estimular futuras investigações num tema que é estrutural para a História de quase todo o território nacional, isto é, a evolução da agricultura local assente em informação estatística quantitativa. Pretende-se também caracterizar o desenvolvimento da produção agrícola de Lagoa ao longo do período para o qual foi possível recolher dados quantitativos, cruzando-a com as características edafoclimáticas e económico-sociais locais, bem como com as principais diretrizes da política agrícola nacional. Abarcando a agricultura um vasto conjunto de produtos, optou-se por restringir a análise àqueles que constituíram, durante séculos, a base da alimentação das populações mediterrânicas: os cereais panificáveis – trigo, milho e centeio – acrescidos do arroz pela preponderância que este ganhou nos últimos cem anos na alimentação portuguesa; o azeite e o vinho. Outros produtos terão, sem sombra de dúvida, uma importância assinalável na agricultura lagoense do século XX, sobretudo frutos como a amêndoa e o figo, mas ficarão para futuras investigações até porque, uma vez mais, nem sempre constaram das estatísticas agrícolas oficiais.

Devido à escassez de fontes, a análise da produção agrícola de Lagoa situa-se sobretudo entre as décadas de 1940 e 1970, tendo sido recolhidos dados estatísticos entre 1943 e 1978, quando estes eram publicados a nível local pelo INE. Além destes, sempre que possível, recorreremos às estatísticas produzidas pelo Governo Civil

de Faro e disponíveis no *Relatório sobre o estado da administração pública nos districtos administrativos do continente e ilhas adjacentes*⁸ referentes aos anos de 1860 e 1861, enquanto para a produção de vinho recolhemos também a informação contida da *Carta Vinícola de Portugal*, que cobre os anos de 1884 a 1888⁹. Outra fonte bastante importante a destacar é o Inquérito Agrícola e Florestal do concelho de Lagoa, publicado no âmbito do Plano de Fomento Agrário, em 1950¹⁰. Já para a produção agrícola regional e nacional recorreu-se à base de dados do projeto *Portuguese Agriculture: food, development and sustainability (1870-2010)*, que a reúne para um conjunto alargado de produtos entre 1850 e 2018¹¹.

De forma a cumprir os objetivos anunciados, optou-se pela seguinte estrutura: após esta introdução caracteriza-se a região de Lagoa do ponto de vista edafoclimático, bem como o contexto agrícola nacional e as respetivas políticas seguidas ao longo do período considerado. Em seguida, analisa-se, em perspetiva comparada, a evolução da produção agrícola local, regional e nacional. Por último, conclui-se que dos principais produtos agrícolas da alimentação mediterrânica, Lagoa não produzia especialmente nem cereais, nem azeite, mas possuía, desde pelo menos a década de 1880, um papel importante na vitivinicultura que se acentuou ao longo do século XX, sobretudo a partir da década de 1950 que coincide também com o início do funcionamento da Adega Cooperativa de Lagoa.

⁸ PORTUGAL – *Relatório sobre o estado da administração pública nos districtos administrativos do continente e ilhas adjacentes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865.

⁹ PORTUGAL. Direcção Geral de Agricultura – *Carta Vinícola de Portugal: produção aproximada média, 1884-1888*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888.

¹⁰ JÚNIOR, José Martins Pontes [et al.] – *Inquérito Agrícola e Florestal de Lagoa*. [s. l.]: Junta de Colonização Interna, 1950.

¹¹ Projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT-PTDC/HIS-HIS/122589/2010) e cuja base de dados encontra-se disponível em: <http://www.ruralportugal.ics.ul.pt/data-files/>. Coordenado por Dulce Freire, trabalhou igualmente neste projeto Carlos Manuel Faisca.

2. Lagoa: condições edafoclimáticas e contexto económico-social

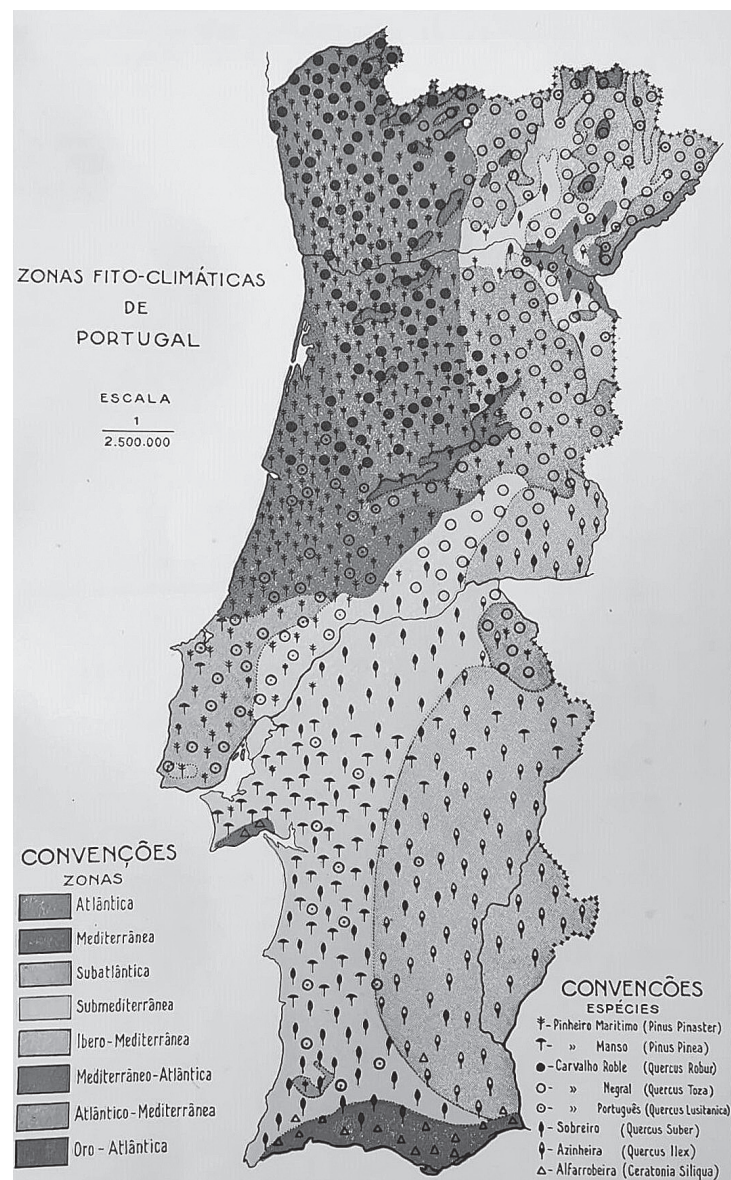
Lagoa é sede de um concelho territorialmente pequeno com 88,25 Km² de área que, ao contrário de diversos municípios algarvios, se restringe na sua quase totalidade à zona do litoral algarvio. O Algarve da Serra, com solos delgados e de reduzida fertilidade, onde predomina a exploração florestal está, portanto, ausente do concelho de Lagoa cujo ponto mais alto se eleva a apenas 103 metros de altitude¹². Aliás, a orografia é plana a pouco ondulada com alguns pequenos vales de pouca importância. Resta então o litoral que, defendido a norte pelas elevações serranas, apresenta um clima e uma vegetação autóctone de feição mediterrânica. Assim, ainda que situado no Barlavento, onde a influência Atlântica é mais sentida do que a Sotavento, o Inverno é suave, o Verão quente e a pluviosidade não ultrapassa os 500 mm anuais. O regime de chuvas, por sua vez, concentra-se quase exclusivamente de outubro a abril, com a ocorrência de estios que, por vezes, se podem prolongar por cinco a seis meses¹³. Na ausência de grandes cursos de água são as chuvas que alimentam uma rede de pequenas ribeiras que raramente apresentam caudais significativos na época seca. Os solos predominantes são aluviais e coluviais profundos, uns arenosos outros argilosos, com boas aptidões agrícolas, sobretudo para a vinha, e solos calcários de profundidade irregular, teoricamente com uma capacidade agrícola menor¹⁴. Este contexto edafoclimático influencia o crescimento das plantas, pelo que no caso de Lagoa é inegável a influência do clima mediterrânico quer sobre plantas espontâneas, conforme a Figura 1, quer sobre as cultivadas.

¹² JÚNIOR, José Martins Pontes [et al.] – *Op. cit.*, p. 2.

¹³ RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne – *Geografia de Portugal*. Vol. II – *O Ritmo Climático e a Paisagem*. 3.ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1995, pp. 363-369.

¹⁴ JÚNIOR, José Martins Pontes [et al.] – *Op. cit.*, p. 5.

Figura 1 – Zonas Fito-climáticas de Portugal.



Fonte: GIRÃO, A. de Amorim – *Atlas de Portugal*. Coimbra: Imp. Gráfica de Coimbra, 1941.

A cronologia coberta por este estudo atravessa aquela que é provavelmente a maior alteração estrutural da economia portuguesa até agora verificada. Seguindo o padrão de desenvolvimento associado ao crescimento económico moderno, foi precisamente em meados do século XX que Portugal deixou de ser uma sociedade agrária, tornando-se industrial e, pouco depois, de prestação de serviços¹⁵. Lagoa, apesar de se situar fora das duas grandes Áreas Metropolitanas de Portugal – Lisboa e Porto –, não foi exceção até porque se insere numa das mais dinâmicas regiões portuguesas que se tem vindo a afirmar como um terceiro polo de desenvolvimento económico e de fixação de população – o litoral algarvio¹⁶. Não admira então, conforme o Quadro 1, que se identifique também aqui uma clara alteração na estrutura da economia local, com o setor primário, onde se inclui a agricultura, a denotar uma quebra significativa na empregabilidade do concelho. Assim, se em 1960 quase metade dos Lagoenses dependiam da agricultura e pescas para a sua subsistência, volvidas duas décadas restava pouco mais de um décimo.

Quadro 1 – Evolução da população empregada de Lagoa por setor de atividade económica.

Ano	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário
1960	49,5%	38,7%	11,8%
1981	13,9%	43,6%	42,5%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos disponíveis no portal do PORDATA. PORDATA – Portal do Pordata. [Em linha] Atual. 2022. [Consul. 26 mar. 2022]. Disponível na WWW: URL: <https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%3%a7%3%a3o+empregada+segundo+os+Censos+total+e+por+sector+de+atividade+econ%3%b3mica-145>

¹⁵ O termo “crescimento económico moderno” associado à alteração estrutural das economias “ocidentais” foi inicialmente descrito por Simon Kuznets em KUZNETS, Simon – Modern Economic Growth: Findings and Reflections. *The American Economic Review*. Vol. 63, N.º 3, 1973, pp. 247-258.

¹⁶ Note-se a evolução populacional do litoral do Algarve que, aliás, foi, a par com a Área Metropolitana de Lisboa, a única região NUTS III de Portugal a ganhar população na última década.

A “desagraração” das sociedades contemporâneas nem sempre significou uma quebra na produção agrícola, pois em diversos casos o aumento da produtividade física da agricultura compensou a quebra de mão-de-obra. Aliás, foi precisamente o crescimento da produtividade que possibilitou a “libertação” dessa mão-de-obra para outros setores que, ao não produzirem alimentos, tiveram que se alimentar a partir do trabalho de um decrescente número de pessoas. No período em questão, disseminaram-se, em regiões menos desenvolvidas como o Sudoeste Asiático, a América Latina e a Península Ibérica, um conjunto de fatores de forma bastante efetiva que levaram a um aumento exponencial da produtividade agrícola. Este movimento designou-se por Revolução Verde e caracterizou-se pela intensificação no uso da mecanização; de adubos, pesticidas e herbicidas; da seleção e melhoramento de plantas agrícolas (biotecnologia). Apesar de se poderem encontrar este tipo de ações desde finais do século XIX na Península Ibérica, este fenómeno verificou-se essencialmente após a Segunda Guerra Mundial¹⁷.

Na agricultura nacional assistem-se também neste período a grandes alterações. Além do aumento da produtividade e do reforço da mecanização que levaram ao já referido êxodo agrícola (e rural), é nesta época que as grandes obras de hidráulica agrícola, pensadas desde a Época Moderna¹⁸ e planeadas desde finais do século XIX¹⁹, entram finalmente em funcionamento. As possibilidades para as

¹⁷ Para se compreender o conceito de Revolução Verde veja-se, por exemplo, PATEL, Raj – The Long Green Revolution. *The Journal of Peasant Studies*, Vol. 40, 2012, pp. 1-63.

¹⁸ Na Época Moderna veja-se a defesa do regadio para o povoamento do Alentejo efetuada pelo Padre Manuel Severim de Faria em FARIA, Manoel Severim de – *Noticias de Portugal offerecidas a El-Rei Dom João IV*. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1655.

¹⁹ O primeiro plano concreto de Rega do Alentejo foi publicado em PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria – *Memoria sobre o Aproveitamento das Aguas do Alentejo para o fim dos Melhoramentos Agricola e Industrial da Provincia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884.

culturas regadas aumentam e estas expandem-se para sul onde, acolhidas por temperaturas mais elevadas, se vão desenvolver progressivamente. Água e temperaturas moderadamente altas, dois dos principais fatores para o desenvolvimento das plantas, finalmente encontram-se em vastas áreas do território português. A expansão do arroz, tomate e milho são alguns dos principais exemplos deste período²⁰, a que hoje se junta a reconversão de produções seculares de sequeiro para regadio, casos dos olivais, amendoais e mais recentemente sobreirais, assim como a introdução de plantas de outras geografias como o abacate. No entanto, com o aumento da escassez na oferta de água, parece difícil manter este regime de agricultura intensiva de regadio por mais barragens e canais de rega que se construam.

Outra alteração importante verificou-se ao nível da política agrícola. Após décadas de proteção à produção de trigo, iniciada em 1889²¹ e cujo expoente máximo fora a Campanha do Trigo (1929-1938), o apoio ao principal cereal de sequeiro começou a reduzir-se a partir da década de 1950, com a manutenção do preço administrativamente fixado entre 1948 e 1965, não obstante a inflação verificada²². Para esta mudança contribuiu a ideia de que eram necessários alimentos baratos para suportar a industrialização do país, bem como a maior abertura de Portugal aos mercados internacionais que se materializará na participação como membro fundador da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) em 1960, e na adesão ao Acordo Geral sobre Aduanas e Comércio, em 1962 (GATT). No vinho, todavia, manteve-se a aposta quantitativa em

vinhos de menor qualidade que se viram confinados, salvo algumas exceções, aos mercados interno e ultramarinos. De qualquer forma, abandonava-se progressivamente a ideia, defendida durante décadas, de que o papel da agricultura portuguesa devia ser o de atingir a autarcia alimentar através do fomento da produção²³.

É, portanto, num contexto de fortes alterações na sociedade e na agricultura portuguesa que vamos analisar a produção agrícola de Lagoa dos produtos que suportaram a alimentação um pouco por toda a Bacia do Mediterrâneo durante séculos. Como se irá verificar, o contexto atrás descrito aplica-se, em grande parte, ao caso específico do pequeno concelho do litoral do Barlavento Algarvio.

3. A produção agrícola de Lagoa

3.1. Cerealicultura – A produção de pão e arroz

O pão, o vinho e o azeite formam a trilogia da alimentação mediterrânica²⁴. O pão é produzido, na generalidade do Portugal Contemporâneo, a partir de três cereais – trigo, milho e centeio – que por este motivo se tornaram a base da agricultura nacional durante séculos. Mais tarde, a partir de finais do século XVIII, mas com real impacto no século XX, um outro cereal não panificável, o arroz, entrou em definitivo na dieta portuguesa. De tal forma assim foi, que atualmente os portugueses são os principais consumidores de arroz na Europa²⁵. O foco desta secção centra-se precisamente nestes cereais pelas razões referidas, limitando-se a inclusão da produção de cevada e de aveia, cereais destinados sobretudo a forragens, à análise da evolução total da produção de cereais em Lagoa.

²⁰ Um levantamento das culturas que se expandiram fruto da construção dos grandes regadios públicos pode-se encontrar em BAPTISTA, Fernando Oliveira – *A política agrária do Estado Novo*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1993.

²¹ REIS, Jaime – A «Lei da Fome»: as origens do protecionismo cerealífero (1889-1914). *Análise Social*. Vol. XV (60), 1979, pp. 745-793.

²² AMARAL, Luciano – *O país dos caminhos que se bifurcam: política agrária e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo, 1930-1954*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1993. Dissertação de Mestrado, p. 39.

²³ Sobre este assunto pode-se consultar AMARAL, Luciano; Freire, Dulce – *Op. cit.* e AMARAL, Luciano – *Op. cit.*

²⁴ GIRÃO, A. de Amorim – *Op. cit.*, p. 329.

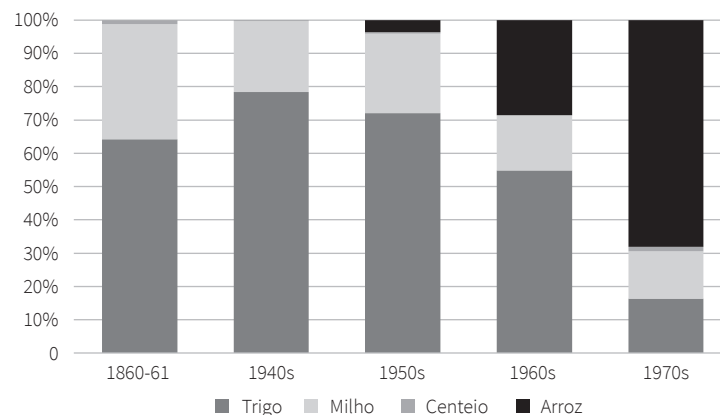
²⁵ OLIVEIRA, Fátima [et al.] – Sustainability of Rice Production Systems: Agro-economic analysis of Baixo Mondego and LIS irrigation Districts, Portugal. *Proceedings of the X International Agriculture Symposium*, 2019, pp. 1210-1215.

Examinando a composição e a evolução da cerealicultura lagoense, representada no Gráfico 1, várias são as conclusões que se podem retirar. Desde logo, que a estrutura cerealífera, até à década de 1960, é a esperada para um território a sul e afastado dos grandes rios de Portugal. Predominava então o grande cereal de sequeiro – trigo – sobre a mais significativa cultura regada – milho – e denotava-se ainda a ausência de arroz, outro cereal de regadio que se tinha estabelecido, a partir da segunda metade do século XIX, com alguma importância em quase todas as maiores bacias hidrográficas do Vouga para sul²⁶. A cerealicultura estava então em consonância com um território marcado pela escassez de água e por uma temperatura média elevada. A comparação com os anos de 1860 e 61, mesmo tratando-se de uma leitura isolada, ajuda a alicerçar esta conclusão, já que remete para um período histórico onde a influência da tecnologia e das políticas públicas sobre as condições naturais era menor. O aumento da proporção de trigo, sobretudo nas décadas de 1940 e 1950, por comparação com a centúria anterior, poderá não ser meramente conjuntural, decorrendo antes do impacto do forte protecionismo que este cereal esteve sujeito com início em 1889 e que se foi desvanecendo a partir da década de 1960²⁷.

Ora, precisamente a partir da década de 1960 e, sobretudo, na de 1970, verifica-se uma acentuada regressão do trigo e um aumento do milho e arroz. Não é um fenómeno local sendo extensível, ainda dentro desta cronologia, ao restante território algarvio e um pouco mais tarde a todo o país, incluindo mesmo o Alentejo onde as searas de trigo fazem parte do imaginário icónico da região²⁸.

A principal explicação relaciona-se uma vez mais com a política agrícola que a partir da década de 1960 deixou de privilegiar a produção de trigo, promovendo a sua substituição nas terras com outras aptidões agrícolas e florestais²⁹. O mesmo deverá ter ocorrido em Lagoa onde, no Inquérito Agrícola e Florestal do concelho, se defendeu «o condicionamento da cultura do trigo às terras que lhe são próprias»³⁰. No mesmo sentido, o crescimento das culturas regadas nas regiões sul de Portugal decorre de políticas públicas, neste caso em consequência da construção de extensas obras públicas de hidráulica agrícola. O cultivo de milho beneficiou com a entrada em funcionamento dos novos sistemas de regadio, mas foi o arroz o caso mais evidente.

Gráfico 1 – Estrutura da produção cerealífera de Lagoa, 1860-1861 e décadas de 1940 a 1970.



Fonte: Elaboração própria a partir de Portugal – *Relatório sobre o estado da administração pública nos districtos administrativos do continente e ilhas adjacentes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860-1861; PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística – *Estatísticas Agrícolas*. Lisboa: INE, 1943-1978.

²⁶ FAÍSCA, Carlos Manuel; FREIRE, Dulce; VIANA, Cláudia M. – The State and natural resources 250 Years of Rice Production in Portugal, 18th-21st Centuries. *Ler História*. Lisboa. N.º 79, 2021, pp. 241-262.

²⁷ REIS, Jaime – *Op. cit.*

²⁸ FAÍSCA, Carlos Manuel – A produção agrícola no Alentejo (1929-2018): uma primeira abordagem. *Revista de Estudos Económicos y Empresariales*. N.º 31, 2019, pp. 39-64.

²⁹ CARVALHO, Ana Maria Pinto – *Barbela, um trigo escravo: a cultura tradicional de trigo na Terra-Fria Transmontana, que futuro?* Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, 1993, Dissertação de Mestrado, p. 24.

³⁰ JÚNIOR, José Martins Pontes [et al.] – *Op. cit.*, p. 2.

Aliás, a orizicultura apresenta um aumento extraordinário na produção local, o que se encontra alinhado com as demais zonas de cultivo de arroz em Portugal. De facto, o arroz foi o cereal cuja produtividade ao longo do século XX mais cresceu³¹, passando a sua produção de uma posição absolutamente marginal na agricultura portuguesa para o segundo cereal mais produzido, sendo atualmente suplantado apenas pelo milho. O elevado consumo de água que a cultura de arroz em Portugal implica foi um dos entraves à sua expansão nas regiões mais secas do país, mas que paradoxalmente apresentam as melhores condições de temperatura e luminosidade. Outro obstáculo foi a sua associação ao sazonalismo, doença também conhecida por malária. A erradicação da enfermidade e, quase simultaneamente, a construção de sistemas públicos de regadio foi a solução encontrada em muitos pontos de Portugal, incluindo Lagoa³². Neste concelho algarvio a orizicultura, depois uma experiência provavelmente de curta duração com a sementeira de arroz na Tapada de Gramacho³³ em 1859 e 1860, ressurgiu no seguimento da construção do sistema de regadio do Arade. Inaugurado em 1956, a relação é direta, conforme o Gráfico 2 atesta, pois nos anos anteriores a produção de arroz em Lagoa tinha sido abandonada.

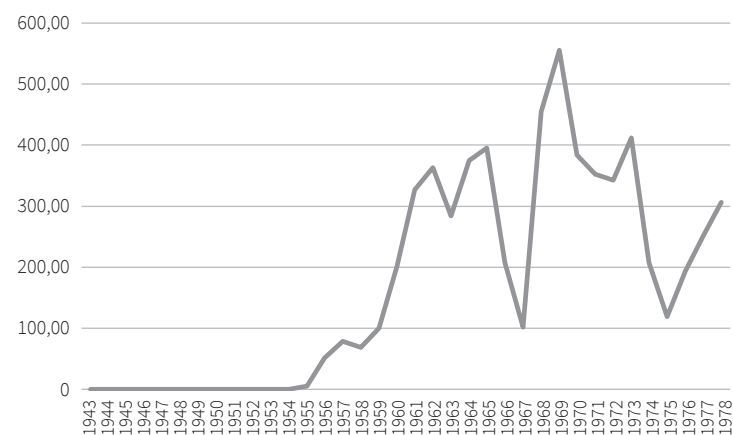
Por último, salienta-se a reduzida expressão do centeio, o que também não é de estranhar. Cereal igualmente de sequeiro, o centeio foi historicamente preterido em relação ao trigo, sendo apenas dominante nas zonas onde aquele tem dificuldades em vingar, pois o centeio é mais resistente a baixas temperaturas, a solos rochosos e exige uma quantidade de mão-de-obra bastante

³¹ SOARES, Fernando Brito – Agricultura. In LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.) – *História Económica de Portugal*. Vol. III – *O século XX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012, p. 164.

³² FAÍSCA, Carlos Manuel; FREIRE, Dulce; VIANA, Cláudia M. – *Op. cit.*

³³ PORTUGAL – *Relatório sobre o estado da administração pública* [...], 1862, p. 48.

Gráfico 2 – Evolução da produção de arroz em Lagoa, 1943-1978.



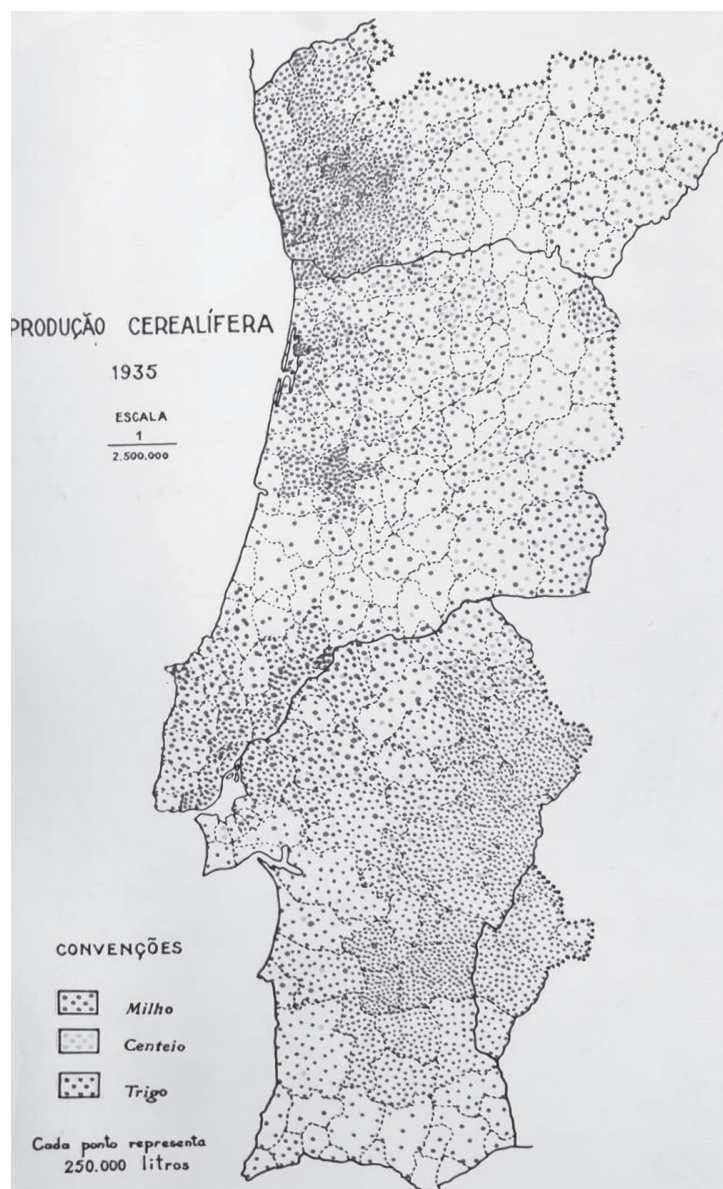
Fonte: PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística – *Estatísticas Agrícolas*. Lisboa: INE, 1943-1978.

menor³⁴. Na ausência de baixas temperaturas e com uma oferta de mão-de-obra comparativamente razoável, o centeio não era um cereal importante no Barlavento Algarvio. Na realidade, no território nacional, pelos motivos apresentados, o centeio só era relevante na Beira Alta e Nordeste Transmontano, conforme apresenta a Figura 2.

Dentro dos diferentes cereais estudados, foi o arroz e o centeio que em Lagoa mais cresceram em termos relativos quer por comparação com o Algarve, quer tendo em consideração a evolução nacional, ocorrendo o inverso com o milho e, sobretudo, com o trigo de acordo com o Quadro 2. Contudo, tratando-se de cereais com muita pouca ou nenhuma expressão na década de 1940, o aumento extraordinário de ambos não foi suficiente para que, no final da década de 1970, o total da produção cerealífera não tivesse decaído mais rapidamente em Lagoa do que no Algarve e em Portugal, como demonstra o Gráfico 3. Na realidade, o

³⁴ GIRÃO, A. de Amorim – *Geografia de Portugal, acrescida do estudo das Ilhas Adjacentes*. 2.ª ed. Porto: Portucalense Editora, 1949, pp. 324-325.

Figura 2 – Produção Cerealífera de Portugal (1935).



Fonte: GIRÃO, Aristides de Amorim – *Op. cit.*, p. 324.

enorme crescimento da produção de arroz verificada em Lagoa entre as décadas de 1950 e 1970, corresponde a uma passagem de uma média anual de 30,35 toneladas para pouco mais de 285 toneladas. A produção quase decuplicou, todavia, é necessário ter em conta que o crescimento absoluto foi pouco superior a 255 toneladas anuais, muito longe da quebra de mais 525 toneladas registada pelo trigo.

Quadro 2 – Evolução comparada da produção de trigo, milho, centeio e arroz entre o concelho de Lagoa, a região do Algarve e Portugal.

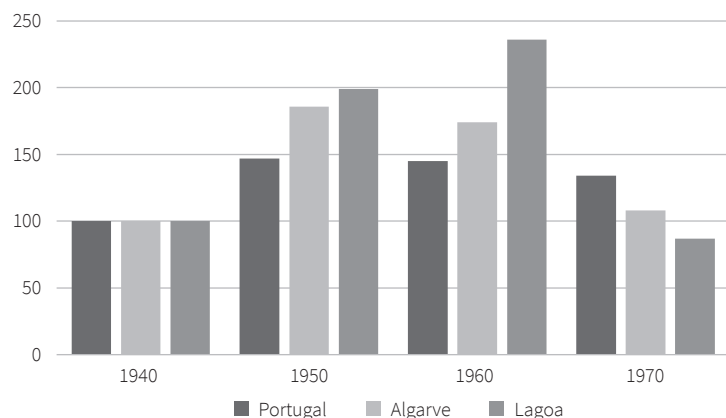
Décadas	Trigo			Milho		
	Lagoa	Algarve	Portugal	Lagoa	Algarve	Portugal
1940	100	100	100	100	100	100
1950	233	171	178	285	305	121
1960	246	149	151	271	266	146
1970	27	87	148	85	132	126
Décadas	Centeio			Arroz		
	Lagoa	Algarve	Portugal	Lagoa	Algarve	Portugal
1940	100	100	100	0	31	47
1950	278	211	136	100	100	100
1960	271	266	146	1.076	511	105
1970	601	387	122	941	273	95

Fonte: As mesmas que o Gráfico 2.

Nota: Números Índice: Base 100 = 1940 com exceção do arroz que em que 100 = 1950.

Além da evolução da estrutura cerealífera de Lagoa obedecer à tendência nacional e regional, não existindo, por isso, uma especificidade local, também a quebra da produção de cereais seguiu o panorama de um país que lentamente foi abandonado o cultivo deste tipo de plantas, o que se pode verificar pelo Gráfico 3.

Gráfico 3 – Evolução comparada da produção de cereais em Lagoa, Algarve e Portugal, décadas de 1940 a 1970.



Fonte: As mesmas que o Gráfico 2.

Nota: Números Índice: Base 100 = 1940.

Pode-se concluir que a agricultura de Lagoa nem se encontrava especialmente focada na cerealicultura, nem a secundarizava, o que é reforçado pela quase coincidência histórica entre a proporção da produção de cereais em Lagoa no conjunto da região

Quadro 3 – Proporção, expressa em percentagem, da produção cerealífera, da área total e da superfície cultivada de Lagoa em relação à região Algarve.

Anos	Proporção de Lagoa na Região Algarve (%)		
	Produção de Cereais	Área total	Superfície cultivada (1957)
1860-1861	2,00%	1,78%	1,84%
1943-49	1,74%	1,78%	
1950-59	1,87%	1,78%	
1960-69	2,36%	1,78%	
1970-78	1,40%	1,78%	

Fonte: As mesmas que o Gráfico 2 e PEREIRA, Mário; ESTÁCIO, Fernando – *Produtividades do trabalho e da terra no continente*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1968, p. 70.

Algarvia e a respetivas proporções de área e de superfície cultivada, em linha com o Quadro 3. Já o mesmo não se pode afirmar em relação à Província mais a sul de Portugal Continental que apresentava, na década de 1950, uma proporção na produção de cereais (3,78%) abaixo da proporção sua área total (5,57%) e da superfície cultivada (5,69%). Ou seja, o Algarve não era, de uma forma geral, uma zona especialmente cerealífera, sendo que neste contexto o concelho de Lagoa se encontrava próximo da média regional.

3.2. Azeite

No século XX, a oliveira encontrava-se disseminada um pouco por todo o território português, levando Hermann Lautensach a afirmar que a «a oliveira não tem em Portugal nem limite continental, nem polar; estende-se pela vizinha Extremadura e pelo Sudoeste da Galiza, e se não existe em León é devido à altitude»³⁵. No caso de Lagoa, a produção de azeite, à semelhança do que se verificou para os cereais, situava-se num patamar moderado. Assim, os pouco mais de 879 hectolitros de azeite que, em média, o concelho produziu entre 1943 e 1978, ultrapassam a expressão territorial de Lagoa no conjunto do Algarve. A região, por sua vez, é que ficava ligeiramente abaixo da sua proporção nacional, contribuindo com cerca de 3,85% do total nacional ao longo dos mesmos 35 anos. De qualquer forma, a produção de azeite de Lagoa sustentava uma indústria oleícola que, em 1949, mantinha quatro lagares em atividade, como se pode verificar no Quadro 4.

Todavia, ao contrário da produção de cereais, a evolução da produção de azeite foi divergente em Lagoa em relação à generalidade dos demais concelhos Algarvios. Nesse sentido, enquanto no

³⁵ RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne – *Geografia de Portugal*. Vol. IV – *A vida económica e social*. 3.ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1995, p. 959.

Quadro 4 – Lagares de azeite no concelho de Lagoa (1949).

Proprietário	Instalação	N.º Prensas	Azeitona recebida (Kg)
Herdeiros de Ana Bicker Correia	Anterior a 1943	2 (hidráulica)	Sem dados
José Cândido dos Santos Rocha	1939	4 (hidráulica)	156.320 em 1949
Francisco Correia Caixinha	Anterior a 1947	1 (hidráulica)	103.480 em 1949
Joaquim de António Lima	Anterior a 1947	1 (hidráulica)	79.699 em 1949
Herdeiros de João José Mascarenhas Galvão	Sem informação	2 (fuso)	Há 2 anos em inatividade

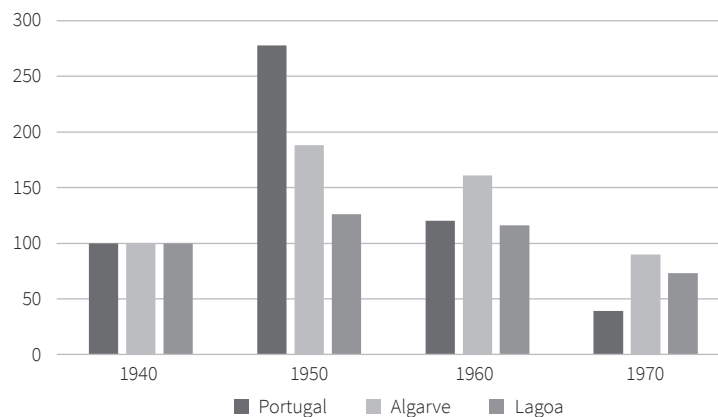
Fonte: JÚNIOR, José Martins Pontes [et al.] – *Op. cit.*, pp. 43-45.

pequeno concelho do Barlavento se assistiu a uma quebra acentuada a partir da década de 1960, esta não foi acompanhada na sua magnitude nem pela média nacional e, sobretudo, nem pela média regional. Desta forma, no final da década de 1970, o Algarve subira a sua quota na produção nacional de azeite para perto dos 4%, mas Lagoa reduzira a sua contribuição regional para um valor inferior a 1,5%. Esta evolução destaca-se ainda mais quando, na década de 1950, se passara exatamente o inverso, ou seja, a produção de azeite em Lagoa crescera acima da média regional e nacional. Em 1949, tinham sido plantadas 16.799 oliveiras, encontrando-se caducas somente 2.125 de um total de 71.426³⁶, pelo que o saldo era extremamente positivo e as previsões para os anos seguintes apontavam, como de facto se veio a verificar, para um elevado incremento da produção de azeite. Atendendo ao descrito, existiu uma grande retração na área de olival a partir da década de 1960, eventualmente, um pouco à semelhança do que o ocorreu com algumas áreas de vinha³⁷, através da substitui-

³⁶ JÚNIOR, José Martins Pontes [et al.] – *Op. cit.*, pp. 47-48.

³⁷ CORREIA, André – *Adega Cooperativa de Lagoa: origens e ascensão*. Lagoa: Câmara Municipal de Lagoa, 2017, p. 27.

ção por laranjal e pela expansão da área social relacionada com a atividade turística.

Gráfico 4 – Evolução comparada da produção de azeite em Lagoa, Algarve e Portugal, décadas de 1940 a 1970.

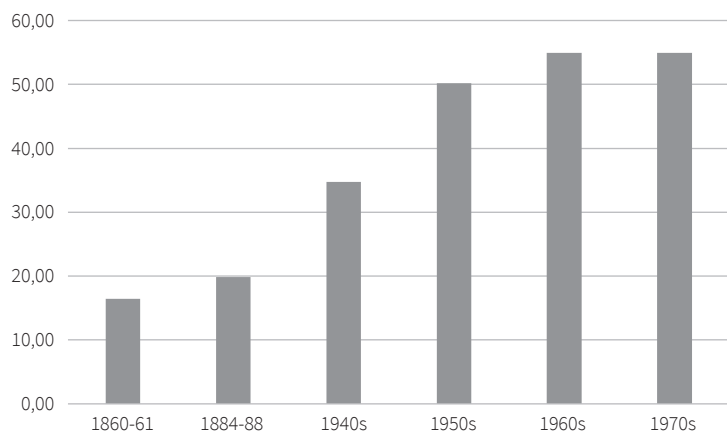
Fonte: As mesmas que o Gráfico 2.

Nota: Números Índice: Base 100 = 1940.

3.3. Vinho

Ao contrário dos produtos até agora analisados, na produção vitivinícola o concelho de Lagoa destaca-se largamente não só em termos regionais, mas inclusivamente no panorama nacional. E esta proeminência não se restringe somente ao século XX, pois em meados do século XIX os dados demonstram já uma produção de vinho bastante relevante, muito embora tenha existido um reforço a partir da década de 1950. Assim, se em 1860 e 1861, Lagoa contribuía já com mais de 16% do total da produção de vinho algarvio, um valor já de si expressivo para um concelho que não chega a ocupar 1,8% da área do Algarve, na década de 1970 esta proporção quase atingiu os 55%. Tratou-se de um processo de constante ascensão, conforme indica o Gráfico 5, mas que parece acentuar-se especialmente a partir da década de 1950 que, por sua vez, coincide com a fundação da Adega Cooperativa de Lagoa.

Gráfico 5 – Proporção da produção vinícola de Lagoa no total da produção de vinho algarvio, 1860-61, 1884-188 e décadas de 1940 a 1970.



Fonte: As mesmas que o Gráfico 2 e Portugal. Direcção-Geral de Agricultura, Estatística Agrícola – *Carta Vinícola de Portugal: produção aproximada média, 1884-1888*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888.

É, portanto, de considerar o papel da Adega Cooperativa no incremento ainda maior da vitivinicultura de Lagoa. Defendida desde, pelo menos, o século XIX, a constituição de adegas cooperativas foi vista como a melhor forma de ultrapassar os problemas da produção de vinhos comuns em Portugal, num subsector onde proliferavam os pequenos produtores sem condições técnicas e financeiras para superar alguns dos problemas mais básicos da economia vinícola³⁸. Desde a aquisição de maquinaria para a produção propriamente dita até à colocação do vinho nos mercados nacionais e internacionais, muitos eram os obstáculos de difícil transposição para o pequeno produtor. Contudo, de uma forma geral, as experiências cooperativas oitocentistas falharam e só na década de 1930 um novo ímpeto surgiu, novamente com pouco sucesso. Será a década de 1950 a assistir a «um plano consistente de construção

³⁸ FREIRE, Dulce – *Produzir e Beber: A questão do vinho no Estado Novo*. Lisboa: Ancora Editora, 2010, pp. 225-227.

de uma rede de adegas cooperativas»³⁹. Este fora igualmente o caminho de sucesso seguido pela vitivinicultura europeia, também sofrendo com problemas derivados da pequena escala da maioria dos produtores, sobretudo quando foi confrontada, a partir de finais do século XIX, com a concorrência do vinho produzido do Novo Mundo, onde as grandes empresas industriais dominavam (e dominam) toda a fileira vinícola – Estados Unidos da América, Argentina, Austrália, entre outros⁴⁰.

O caso de Lagoa insere-se totalmente nesta cronologia, pois se o arranque informal da cooperativa ocorreu em 1945, quando nove produtores decidiram juntar a sua produção, a constituição legal da Adega Cooperativa de Lagoa data de 20 de setembro de 1951, com os respetivos estatutos a serem aprovados a 20 de dezembro do mesmo ano⁴¹. A evolução da dimensão da Adega é notável, com um aumento contínuo do número de associados, conforme o Quadro 4, e da capacidade de armazenamento que em meados da década de 1960 atingia já os 4 milhões e 300 mil litros. Rapidamente, a par com a Fuzeta, a Adega Cooperativa de Lagoa tornou-se a mais prestigiada do Algarve⁴².

Quadro 5 – Evolução do número de associados da Adega Cooperativa de Lagoa.

Ano	1945	1947	1952	1956	1964	1966	1979
N.º Sócios	9	39	57	171	377	392	700

Fonte: CORREIA, André – *Op. cit.*, pp. 9-27.

³⁹ FREIRE, Dulce – *Op. cit.*, pp. 225-227.

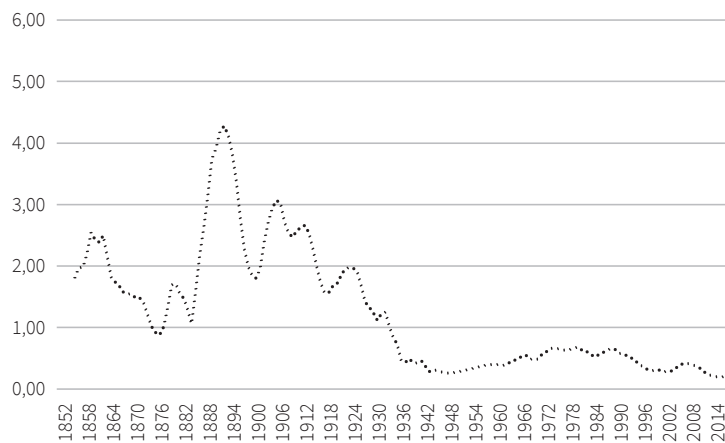
⁴⁰ SIMPSON, James – *Creating Wine: The Emergence of a World Industry, 1840-1914*. Princeton: Princeton University Press, 2011. Uma revisão a este livro pode ser encontrada em FAÍSCA, Carlos Manuel – [Recensão a] SIMPSON, James – *Creating Wine: The Emergence of a World Industry, 1840-1914*. Princeton: Princeton University Press, 2011. *Business History*. N.º 55 (2), 2013, pp. 318-320.

⁴¹ CORREIA, André – *Op. cit.*, pp. 9-11.

⁴² AMARAL, J. Duarte – *O grande livro do vinho*. 2.ª ed. Lisboa: Temas & Debates, 2000, p. 398.

A importância vinícola de Lagoa transcende mesmo o contexto regional, até porque na História Contemporânea do Portugal Vinícola o Algarve é das regiões com menor preponderância, como demonstra o Gráfico 6. Situando-se quase sempre abaixo dos 3% total nacional, o único período em que essa marca é ultrapassada deve-se aos anos do pico da crise da filoxera, no final do século XIX, pois este inseto, identificado inicialmente na região do Douro na década de 1860, tardou a chegar ao Baixo Alentejo e Algarve, onde só causou maiores destruições já no início do século XX⁴³. O pequeno concelho de Lagoa acaba por ser uma exceção a uma região que não se especializou na vitivinicultura, não obstante as boas condições naturais existentes, pois o Algarve pelo abrigo da cordilheira que a defende pelo norte, pela sua exposição a sul e

Gráfico 6 – Proporção, expressa em percentagem, da produção vinícola algarvia no total da produção portuguesa, 1852-2014.



Fonte: AGRICULTURE IN PORTUGAL – Portal do projeto Portuguese Agriculture: food, development and sustainability (1870-2010) [Em linha]. Atua. 2018. [Consult. 21 mar. 2022]. Disponível na WWW: URL: <http://www.ruralportugal.ics.ul.pt/data-files/>

Nota: Média móvel a 5 anos.

⁴³ MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1990.

pela proximidade do oceano, é uma região temperada quente propícia à boa maturação da uva e à naturalização das castas⁴⁴.

Não sendo a elevada produção agrícola de Lagoa suficiente para colocar o Algarve, enquanto região, no mapa vinícola português, a verdade é que visualizando qualquer mapa da produção de vinho, o pequeno concelho da margem direita do Rio Arade é facilmente identificado. Assim, dentro dos inúmeros mapas históricos de produção vinícola disponíveis para o território português, nos reproduzidos na Figura 3 Lagoa destaca-se no final do século XIX como, a par de Tavira, o único concelho da região com uma produção superior a 60.000 hectolitros e, a Sul do Tejo, somente se soma a estes dois, o concelho de Reguengos de Monsaraz⁴⁵. No século XIX, os vinhos de Lagoa já tinham alguma projeção nacional e internacional que se reflete, por exemplo, na conquista de uma medalha de prata na Exposição Universal de Paris de 1889. O produtor premiado foi A. Joaquim Júdice & Irmãos que, no ano anterior, obtivera um segundo prémio na exposição vinícola de Berlim organizada pela Sociedade Central de Geografia Comercial de Berlim, à qual concorreu com um vinho tinto de 1887⁴⁶. Já no mapa referente a 1940, apenas Lagoa apresenta no Algarve uma produção superior a 1.000 litros/Km², sendo preciso chegar até Setúbal, mais de 200 Km a norte, para encontrar se um concelho com uma produção superior⁴⁷.

A produção de vinho em Lagoa, já de si importante, acentuou-se ao longo do período considerado com um crescimento superior ao da média regional e bastante superior ao da média nacional que, aliás, apresentou uma certa estagnação, bastando verificar

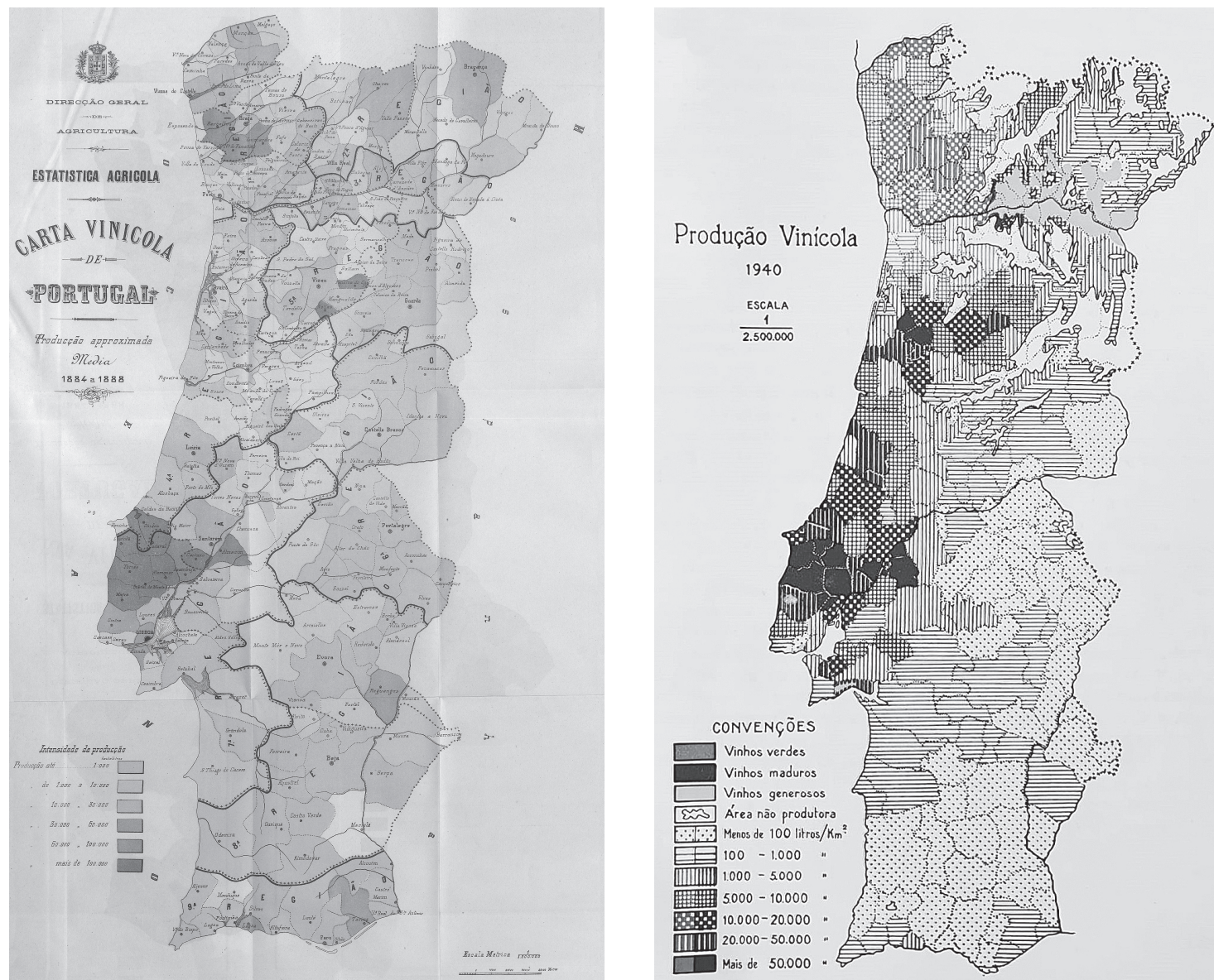
⁴⁴ AMARAL, J. Duarte – *Op. cit.*, p. 399.

⁴⁵ Portugal. Direcção-Geral de Agricultura, Estatística Agrícola – *Op. cit.*

⁴⁶ PORTUGAL. Direcção-Geral de Agricultura – *Boletim da Direcção-Geral de Agricultura*. N.º 2, 1889, pp. 96 e 181.

⁴⁷ GIRÃO, A. de Amorim – *Geografia de Portugal (acrescida do estudo das Ilhas Adjacentes)*. 2.ª ed. Porto: Portucalense Editora, 1949, p. 329.

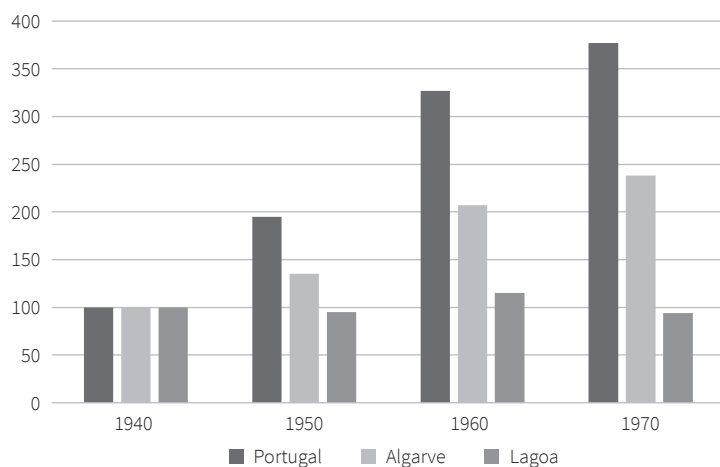
Figura 3 – Carta Vinícola de Portugal (1884 a 1888) e Produção Vinícola em 1940.



Fonte: Portugal. Direcção-Geral de Agricultura, Estatística Agrícola – *Op. cit* e GIRÃO, A. de Amorim – *Op. cit.*, p. 329.

o Gráfico 7 para o assinalar. Pode-se então concluir que, partindo de uma posição importante na vitivinicultura nacional e de grande destaque na regional, nas décadas de 1940 a 1970, Lagoa sublinhou ainda mais este papel, sendo a produção de vinho a grande especialização da agricultura local dentro de aqueles que eram os principais produtos agrícolas da alimentação das populações mediterrânicas.

Gráfico 7 – Evolução comparada da produção de azeite em Lagoa, Algarve e Portugal, décadas de 1940 a 1970.



Fonte: As mesmas que o Gráfico 2.

Nota: Números Índice: Base 100 = 1940.

4. Conclusões e futuro da investigação

Neste artigo fez-se uma análise à estrutura e à evolução da produção dos alimentos agrícolas no concelho de Lagoa que historicamente serviam de base à alimentação das populações mediterrânicas – pão, azeite e vinho – entre as décadas de 1940 e 1970, acrescidos do arroz pela sua rápida ascensão como alimento habitual no prato dos portugueses ao longo do século XX. Incluíram-se

também alguns dados relativos à segunda metade do século XIX, mas cuja escassez não permite a construção de uma série retrospectiva de produção agrícola nem, conseqüentemente, a solidez necessária para as devidas interpretações. O âmbito cronológico foi condicionado pela disponibilidade de dados estatísticos que, infelizmente, a nível local são de difícil recolha num trabalho que se encontra por realizar para quase todo o território nacional. Desta forma, qualquer investigação futura, pelo menos para os produtos aqui estudados, que pretenda recuar na cronologia tem de basear-se numa exaustiva investigação que, provavelmente, passará pelo Arquivo Municipal de Lagoa, Arquivo Distrital de Faro e quiçá Arquivo Nacional da Torre do Tombo, entre outros.

Um maior número de produtos também poderá (e deverá) ser considerado. Desde logo aqueles que é sabido terem uma importância regional e local assinalável, como a amêndoa e o figo, e outros que sendo atualmente preponderantes se deve proceder à identificação da sua introdução e disseminação no concelho de Lagoa, caso da laranja e de outros citrinos associados. Igualmente as leguminosas – feijão, fava e grão-de-bico – e batata são passíveis de estudo, até porque fazem parte do lote de produtos agrícolas discriminados nas Estatísticas Agrícolas do Instituto Nacional de Estatística. Nenhum destes últimos, todavia, parece ter tido uma especial importância em Lagoa. Tratando-se de um concelho restrito ao litoral, e saindo da produção agrícola para os demais componentes da produção agrária, é pouco provável que se encontre na produção florestal, de que o sobreiro e a cortiça são o exemplo máximo da contribuição algarvia para o produto florestal português, e na produção pecuária setores importantes para a História da economia local. De qualquer forma, é sempre necessário comprovar se de facto assim o foi.

Quanto à produção agrícola aqui estudada, as conclusões são as seguintes. Lagoa foi um concelho inserido naquilo que se esperaria de um concelho do sul de Portugal longe da margem de um dos grandes rios portugueses. Assim, inicialmente a cerealicultura

era dominada pelo trigo, com pouca representação dos demais cereais panificáveis e do arroz. O azeite encontrava-se presente e tinha uma certa importância suportando uma pequena indústria oleícola composta por uma mão-cheia de lagares. No entanto, ao longo das décadas de 1950, 60 e 70, e de acordo com o que se passava um pouco por todo o país, esta estrutura alterou-se. A produção de trigo reduziu-se imenso, enquanto a de milho e, sobretudo, de arroz, aumentaram consideravelmente. Para este cenário contribuiu a política agrícola, desenvolvida no pós-Segunda Guerra Mundial, que atenuou a proteção ao trigo e construiu uma extensa rede de sistemas de regadio que permitiu a expansão das culturas regadas como o arroz e o milho. Estas alterações, no entanto, não tornaram Lagoa um concelho cerealífero, onde na realidade a proporção da produção de cereais caiu mais rapidamente que a média nacional e a média regional. No azeite, a quebra foi ainda mais acentuada o que talvez se deva à substituição da área de olival por pomares e/ou por áreas sociais destinadas ao acolhimento da crescente atividade turística.

De todo este quadro, é imprescindível separar o vinho. A vitivinicultura foi sempre a especialização do concelho de Lagoa, sobressaindo este pequeno território no meio de um Algarve pouco dado à produção de vinho. Já assim o era no final do século XIX e já assim o era na década de 1940. Porém, ao longo das décadas de 1950, 60 e 70, a preponderância vinícola de Lagoa acentuou-se significativamente, o que coincidiu também com a entrada em funcionamento da Adegas Cooperativas. Seguindo o modelo de desenvolvimento vinícola do resto do país que apoiou um setor caracterizado pela existência de um grande número de pequenos produtores, modelo esse que já tinha sido seguido com sucesso no continente europeu desde finais do século XIX, o setor vitivinícola de Lagoa afirmou-se ainda mais como um dos principais polos da vinha e do vinho no Algarve e em Portugal. E assim permanece, até hoje.

Fontes e Bibliografia

- AGRICULTURE IN PORTUGAL – Portal do projeto Portuguese Agriculture: food, development and sustainability (1870-2010) [Em linha]. Atua. 2018. [Consult. 21 mar. 2022]. Disponível na WWW: URL:<<http://www.ruralportugal.ics.ul.pt/data-files/>>.
- AMARAL, J. Duarte – *O grande livro do vinho*. 2.ª ed. Lisboa: Temas & Debates, 2000.
- AMARAL, Luciano – *O país dos caminhos que se bifurcam: política agrária e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo, 1930-1954*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1993.
- AMARAL, Luciano; Freire, Dulce – Agricultural Policy, Growth and Demise, 1930-2000. In LAINS, Pedro; FREIRE, Dulce (eds.) – *An Agrarian History of Portugal, 1000-2000*. Leiden: Brill, 2017, pp. 245-272.
- BRANCO, Amélia; SILVA, Ester Gomes da – Growth, Institutional Change and Innovation, 1820-1930. In LAINS, Pedro; FREIRE, Dulce (eds.) – *An Agrarian History of Portugal, 1000-2000*. Leiden: Brill, 2017, pp. 219-245.
- CARVALHO, Ana Maria Pinto – *Barbela, um trigo escravo: a cultura tradicional de trigo na Terra-Fria Transmontana, que futuro? Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, 1993*. Dissertação de Mestrado.
- CORREIA, André – *Adegas Cooperativas de Lagoa: origens e ascensão*. Lagoa: Câmara Municipal de Lagoa, 2017.
- DENISSON, Tracy; SIMPSON, James – Agriculture. In BROADBERRY, Stephen; O’ROURKE Kevin H. – *The Cambridge Economic History of Modern Europe, Volume 1: 1700-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, pp. 147-164.
- FAÍSCA, Carlos Manuel – [Recensão a] SIMPSON, James – *Creating Wine: The Emergence of a World Industry, 1840-1914*. Princeton: Princeton University Press, 2011. *Business History*. N.º 55 (2), 2013, pp. 318-320.
- FAÍSCA, Carlos Manuel – A produção agrícola no Alentejo (1929-2018): uma primeira abordagem. *Revista de Estudios Económicos y Empresariales*. N.º 31, 2019, pp. 39-64.
- FAÍSCA, Carlos Manuel; FREIRE, Dulce; VIANA, Cláudia M. – *The State and natural resources 250 Years of Rice Production in Portugal, 18th-21st Centuries. Ler História*. Lisboa. N.º 79, 2021, pp. 241-262. DOI: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.9542>

- FARIA, Manoel Severim de – *Notícias de Portugal oferecidas a El-Rei Dom João IV*. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1655.
- FREIRE, Dulce – *Produzir e Beber: A questão do vinho no Estado Novo*. Lisboa: Âncora Editora, 2010.
- FREIRE, Dulce; FAÍSCA, Carlos Manuel – Estatísticas agrícolas regionais em Portugal (séculos XIX a XXI): fontes, problemas e historiografia. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. N.º 52, 2021, pp. 367-396. DOI: https://doi.org/10.14195/0870-4147_52_16
- GIRÃO, Aristides de Amorim – *Atlas de Portugal*. Coimbra: Imp. Gráfica de Coimbra, 1941.
- GIRÃO, A. de Amorim – *Geografia de Portugal, acrescida do estudo das Ilhas Adjacentes*. 2.ª ed. Porto: Portucalense Editora, 1949.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Portal do INE. [Em linha]. Atual. 2022 [Consult. 27 mar. 2022]. Disponível na WWW: URL: <https://www.ine.pt/xportal/xmain?PORTLET_ID=JSP&xpgid=ine_publicacoes&xpid=INE&PORTLET_NAME=ine_cont_header_pub&PORTLET_UID=%23JS-P%3Aine_cont_header_pub%23&PUBLICACOESstema=55505&PUBLICACOESdata_inicial=&PUBLICACOESdata_final=&x=0&y=0&PUBLICACOES-freeText=Estat%C3%ADsticas>
- JÚNIOR, José Martins Pontes [et al.] – *Inquérito Agrícola e Florestal de Lagoa*. [s. l.]: Junta de Colonização Interna, 1950.
- KUZNETS, Simon – Modern Economic Growth: Findings and Reflections. *The American Economic Review*. Vol. 63, N.º 3, 1973, pp. 247-258.
- LAINS, Pedro – A economia portuguesa no século XX: crescimento e mudança estrutural. In PINTO, António Costa – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote, 2005, pp. 117-136.
- MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1990.
- OLIVEIRA, Fátima [et al.] – Sustainability of Rice Production Systems: Agro-economic analysis of Baixo Mondego and LIS irrigation Districts, Portugal. *Proceedings of the X International Agriculture Symposium*, 2019, pp. 1210-1215.
- PATEL, Raj – The Long Green Revolution. *The Journal of Peasant Studies*, Vol. 40, 2012, pp. 1-63.
- PEREIRA, Mário; ESTÁCIO, Fernando – *Produtividades do trabalho e da terra no continente*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1968.
- PORTUGAL – *Relatório sobre o estado da administração pública nos districtos administrativos do continente e ilhas adjacentes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865.
- PORTUGAL. Direcção-Geral de Agricultura – *Boletim da Direcção-Geral de Agricultura*, N.º 2, 1889, pp. 96 e 181.
- PORTUGAL. Direcção Geral de Agricultura – *Carta Vinícola de Portugal: produção aproximada média, 1884-1888*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria – *Memoria sobre o Aproveitamento das Aguas do Alemtejo para o fim dos Melhoramentos Agrícola e Industrial da Provincia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884.
- REIS, Jaime – A «Lei da Fome»: as origens do proteccionismo cerealífero (1889-1914). *Análise Social*. Vol. XV (60), 1979, pp. 745-793.
- RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne – *Geografia de Portugal*. Vol. II – *O Ritmo Climático e a Paisagem*. 3.ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1995.
- RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne – *Geografia de Portugal*. Vol. IV – *A vida económica e social*. 3.ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1995.
- SIMPSON, James – *Creating Wine: The Emergence of a World Industry, 1840-1914*. Princeton: Princeton University Press, 2011.
- SOARES, Fernando Brito – Agricultura. In LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.) – *História Económica de Portugal*. Vol. III – *O século XX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012, pp. 157-185.

ISSN 2795-5751



9 772795 576008